

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PRÉ NATAL PARA MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

PRENATAL NURSING CARE FOR WOMEN DEPRIVED OF FREEDOM: AN INTEGRATIVE REVIEW

Karina Cardoso Ramos¹
Izabella Araújo Moraes²

RESUMO: **Introdução:** A assistência à saúde das gestantes privadas de liberdade é um desafio crescente, considerando as especificidades do sistema prisional e as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres. **Objetivo:** analisar como a enfermagem tem atuado na assistência pré-natal de mulheres em situação de privação de liberdade. **Metodologia:** A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica com artigos publicados entre 2014 e 2024, encontrados nas bases SciELO, BVS, LILACS, e PUBMED, utilizando descritores relacionados à enfermagem, saúde prisional, gestação e direitos das mulheres encarceradas. **Resultados:** Os resultados foram organizados em categorias temáticas que destacam os principais desafios, práticas e impactos do cuidado de enfermagem nesse contexto. **Conclusão:** Conclui-se que a atuação da enfermagem é essencial para garantir o direito à saúde dessas mulheres, promovendo a equidade e a humanização da assistência materna no sistema prisional.

1704

Palavras-chave: Assistência de enfermagem. Enfermeiro obstetra. Direito dos prisioneiros. Gestante. Pré-Natal.

ABSTRACT: Health care for incarcerated pregnant women is a growing challenge, considering the specificities of the prison system and the multiple vulnerabilities faced by these women. **Objective:** To analyze, through an integrative review, how nursing has been involved in prenatal care for women deprived of liberty. **methodology:** This is a bibliographic research based on articles published between 2014 and 2024, selected from the SciELO, BVS, LILACS, and PUBMED, using descriptors related to nursing, prison health, pregnancy, and the rights of incarcerated women. **Results:** The findings were organized into thematic categories that highlight the main challenges, practices, and impacts of nursing care in this context. **Conclusion:** Nursing plays a crucial role in ensuring the right to health for these women, promoting equity and the humanization of maternal care within the prison system.

Keywords: Nursing care. Obstetric nurse. Prisoners rights. Pregnant women. Prenatal care.

¹Graduanda em Enfermagem. Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.

²Orientador: Graduada em Enfermagem pela Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS (2013). Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva (Residência Uniprofissional) pela ESCS, realizado na Secretaria de Estado do Distrito Federal - SES/DF, na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional da Asa Norte - HRAN (2016). Mestrado pela Universidade de Brasília - UNB, no Programa de Ciências e Tecnologias em Saúde (2023). Pós-graduada em Gestão em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública - ESP (2024).

INTRODUÇÃO

A assistência dos profissionais de enfermagem para gestantes que se encontram privadas de liberdade, é um espaço desafiador dentro das práticas da área de atuação por conta das limitações de estrutura dos presídios e dos aspectos sociais presentes no sistema penitenciário brasileiro (Moreira et al., 2019). A gestação por si só, já é uma fase complexa, que solicita demandas maiores de cuidado, e que se agravam quando inseridos no contexto do regime carcerário (Silva et al., 2024).

As mulheres grávidas que se encontram em regime prisional, necessitam de um cuidado ativo e integral dentro dos aspectos clínicos e das condições da situação abrangente, dentre elas, os aspectos psicológicos e sociais de forma contínua. Além das questões estruturais e assistenciais, o cuidado à gestante privada de liberdade também engloba questões éticas, legais e de direitos humanos (Chaves: Araujo, 2020). No entanto, na prática é diferente, pois os direitos dessas mulheres são frequentemente negligenciados, especialmente no que diz respeito ao acesso ao pré-natal adequado e ao parto humanizado. O despreparo das instituições para acolher e lidar com as especificidades da saúde da mulher encarcerada contribui para as desigualdades e violações desses direitos, o que pede urgência na atuação da enfermagem dentro desse cenário (Padilha et al., 2024).

1705

A promoção de um cuidado humanizado à gestante é um ponto fundamental, e quando essa pauta entra na questão da mulher em cárcere, tornasse, não apenas uma responsabilidade profissional, mas também um compromisso com a dignidade humana, e neste cenário a atuação da enfermagem deve ser na promoção da saúde, prevenção de complicações e na garantia de um parto seguro e humanizado, mesmo diante das limitações do ambiente em que elas se encontram (Padilha et al., 2024).

O acompanhamento adequado no pré-natal representa uma oportunidade de intervenção preventiva, principalmente em situações de risco, como é o caso dessas mulheres que estão em um ambiente vulnerável, podendo desencadear comportamentos agressivos, problemas psicológicos e até contrair ISTs, cenários que pedem tratamento contínuo e com caráter de urgência. (Oliveira; Silva; Pinto, 2024). O enfermeiro, enquanto profissional de linha de frente no cuidado primário, é figura principal na identificação precoce dessas alterações e na promoção de condutas humanizadas para um tratamento eficaz dentro do sistema prisional (Lima et al., 2024).

Este estudo justifica-se pela urgência em compreender as demandas específicas das gestantes em situação de cárcere e em reconhecer o papel da enfermagem como promotora da saúde, da equidade e da cidadania dessas mulheres (Lima et al., 2024).

Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as práticas de enfermagem voltadas para o cuidado pré-natal em mulheres em privação de liberdade, destacando os principais desafios enfrentados pelas equipes de atenção primária e as estratégias assistenciais adotadas para assegurar e auxiliar a saúde materna e fetal nesse contexto (Silva; Cardoso, 2022).

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado como revisão integrativa da literatura, um método que permite analisar resultados de pesquisas anteriores sobre determinado tema, contribuindo para aprofundar o conhecimento científico e apoiar práticas baseadas em evidências. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa é um tipo de pesquisa que visa reunir e sintetizar os resultados de estudos sobre um assunto delimitado, de maneira sistemática e ordenada. A elaboração da revisão seguiu as seis etapas propostas pelos autores supracitados. A presente pesquisa tem como foco compreender como a enfermagem tem atuado na assistência pré-natal de mulheres em situação de privação de liberdade.

Para orientar a busca e a análise das evidências, utilizou-se a estratégia PICO, que permite delimitar os principais elementos da questão de pesquisa. Nesse contexto, a população (P) é composta por mulheres gestantes privadas de liberdade, que representam um grupo em situação de vulnerabilidade e com necessidades específicas de cuidado durante o período gestacional. A intervenção (I) corresponde à atuação da enfermagem na assistência pré-natal, envolvendo práticas de cuidado, acompanhamento gestacional, promoção da saúde e ações educativas desenvolvidas por profissionais enfermeiros no ambiente prisional. A comparação (C) não se aplica diretamente, uma vez que o estudo busca descrever e compreender as práticas existentes, mas pode ser considerada de forma secundária como a assistência pré-natal oferecida a gestantes em liberdade. Por fim, o desfecho (O) refere-se à qualidade e à efetividade do cuidado pré-natal prestado, bem como à promoção da saúde materna e neonatal e à melhoria do acesso aos serviços de saúde dentro do sistema prisional. Sendo definida assim, a pergunta norteadora: "Como a enfermagem tem atuado na assistência pré-natal de mulheres em situação de privação de liberdade?"

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e setembro de 2025 nas seguintes bases: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), LILACS, PUBMED, e conferidas durante todo o processo de elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso. Foram utilizados os seguintes descritores em saúde, combinados com operadores booleanos: (“Nursing care” OR “Obstetric Nursing” OR Nursing OR Nurse) AND (“Health Services for Prisoners” OR “Prisoners” OR Prisons OR Penitentiaries OR Penitentiary OR Prison) AND (“Prenatal” OR “Pregnant Women” OR “Pregnancy Maintenance” OR Pregnancy)

Para os critérios de inclusão foram adotados publicações disponíveis gratuitamente e na íntegra, nos idiomas português publicadas entre os anos de 2014 e 2024, e que abordassem diretamente a assistência de enfermagem à gestante em situação de privação de liberdade. Já os critérios de exclusão incluíram estudos voltados exclusivamente para o campo jurídico ou que não tratasse do tema central relacionado à assistência em saúde de gestantes.

O processo de seleção dos artigos incluídos nesta revisão integrativa, iniciou-se com a definição de critérios de inclusão e exclusão, priorizando estudos publicados nos últimos dez anos, em língua portuguesa e inglesa, voltados à gestação e maternidade em contexto prisional.

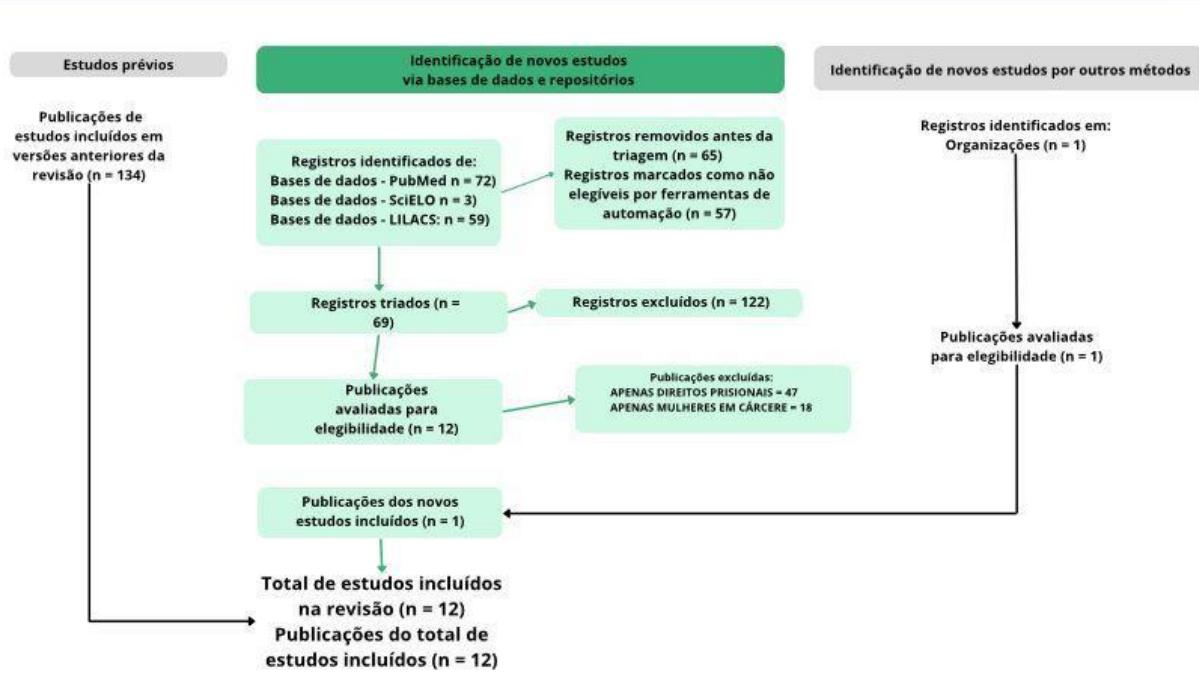
Conforme descrito na Figura 1: Fluxograma Prisma, foram identificados 134 artigos que relataram brevemente o tema proposto nesta revisão, dos quais 65 foram excluídos por duplicidade e por não atenderem aos critérios. Os 69 artigos selecionados foram avaliados, onde foi visto que 12 se enquadram por completo no tema proposto por este trabalho, assim chegando aos artigos finais, que foram selecionados por meio de leitura de título e resumo, seguida da leitura completa dos artigos, permitindo a avaliação do tema e qualidade metodológica de cada estudo, definindo assim, à base para análise dos resultados finais dessa discussão.

1707

A análise dos dados foi realizada de forma crítica e reflexiva, com base na leitura exploratória e interpretativa dos materiais selecionados. Já os resultados foram organizados de forma que fosse possível evidenciar os principais desafios, estratégias e contribuições da enfermagem para a saúde materno-infantil no ambiente prisional.

Os autores também destacam que a revisão integrativa permite ao pesquisador, mapear os conhecimentos existentes e identificar lacunas na literatura, orientando futuras pesquisas e práticas profissionais mais eficazes.

Figura 1: Fluxograma Prisma



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

1708

RESULTADOS

Para realizar a confecção dos resultados a seguir, foi elaborado um quadro constando as seguintes variáveis: autor, ano de publicação, título, tipo de estudo e resumo. A análise dos artigos selecionados permitiu identificar os principais desafios da assistência de enfermagem no pré-natal de mulheres privadas de liberdade, organizados em categorias temáticas. Foram utilizados 12 artigos publicados entre os anos de 2014 a 2024, conforme disposto no Quadro 1.

Dos 12 estudos incluídos nesta revisão, todos foram publicados no Brasil, evidenciando a relevância no contexto nacional. Quanto ao período de publicação, 20% datam de 2014 a 2019, 40% de 2020 a 2022, e 40% de 2023 a 2024, demonstrando um aumento nos artigos científicos sobre a assistência pré-natal e cuidados de saúde para mulheres privadas de liberdade. Já a metodologia, 56% dos trabalhos em abordagem qualitativa, priorizando entrevistas e narrativas das gestantes e puérperas, enquanto 31% utilizaram revisão integrativa ou estudos de revisão de literatura, e 13% empregaram métodos quantitativos. Os principais temas abordam os cuidados da equipe de enfermagem durante a gestação e puerpério, humanização do atendimento,

acompanhamento pré-natal, desafios estruturais do sistema prisional e declarações das mulheres sobre a assistência recebida,

Quadro 1: Artigos selecionados na literatura.

Nº	Autor(es) e Ano	Título do Artigo	Tipo de Estudo	Principais Resultados / Contribuições
1	Moreira et al., 2019	Gestantes privadas de liberdade: o desafio da assistência ao pré-natal	Estudo descritivo	Baixa adesão ao pré-natal devido a barreiras institucionais e negligência.
2	Silva et al., 2024	Implicações assistenciais sobre o pré-natal no sistema prisional brasileiro	Estudo de campo	Dificuldades estruturais comprometem o atendimento básico de saúde.
3	Padilha et al., 2024	A assistência de enfermagem às mulheres grávidas privadas de liberdade	Estudo qualitativo	Déficit de profissionais e falta de capacitação específica para o ambiente prisional.
4	Félix et al., 2017	O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário	Revisão integrativa	Desafios, limitações e importância do cuidado no contexto prisional.
5	Oliveira, Silva e Pinto., 2024	Assistência do enfermeiro ao pré-natal de mulheres no sistema prisional brasileiro	Revisão integrativa	Apoio psicológico durante a gestação melhora vínculo e adesão ao pré-natal.
6	Chaves e Araújo., 2020	Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil.	Estudo qualitativo	Desafios do ambiente prisional e a importância do acompanhamento contínuo.
7	Silva e Cardoso., 2022	Pré-natal e puerpério em mulheres privadas de liberdade: assistência de enfermagem prestada	Trabalho Conclusão	Prática de cuidado mais humanizado promove redução de complicações.
8	Lima et al., 2024	A atuação da enfermagem obstétrica no pré-natal em ambiente prisional	Estudo exploratório	Ações de prevenção e promoção de saúde eficazes realizadas com gestantes do sistema carcerário.
9	Rocha et al., 2020	A assistência de enfermagem prestada às gestantes privadas de liberdade.	Estudo qualitativo	Fragilidades no acesso ao pré-natal inadequado, escassez de recursos e dificuldades estruturais.

Nº	Autor(es) e Ano	Título do Artigo	Tipo de Estudo	Principais Resultados / Contribuições
10	Brasil et al., 2014	Inclusão das mulheres privadas de liberdade na Rede Cegonha.	Estudo descritivo	Promoção e inclusão das mulheres privadas de liberdade nas ações da Rede Cegonha.
11	Silva da et al., 2020	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de desassistência obstétrica.	Estudo exploratório	Fragilidade da atenção à saúde em todas as fases do ciclo gravídico-puerperal.
12	Andrade e Gonçalves et al., 2018	Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais.	Revisão integrativa	Desigualdade no acesso à assistência pré-natal, parto e puerpério

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2025)

DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados para esse trabalho, revelaram diversos desafios e práticas no contexto da assistência de enfermagem ao pré-natal de mulheres privadas de liberdade. A literatura destaca os limites estruturais, a falta de capacitação profissional, as

questões institucionais e a carência de implementação de políticas públicas voltadas a esse grupo.

A inclusão das mulheres em privação de liberdade nas políticas públicas de atenção à saúde representa um avanço significativo na busca pela equidade e integralidade do cuidado. De acordo com o Ministério da Saúde (2014), a Rede Cegonha propõe estratégias para assegurar às gestantes e puérperas privadas de liberdade o direito a um acompanhamento humanizado durante o pré-natal, parto, puerpério e amamentação, mesmo dentro do sistema prisional. Essa iniciativa reforça o princípio da universalidade do SUS e reconhece as especificidades de um grupo historicamente invisibilizado pelas políticas de saúde. Além disso, o documento evidencia a importância da intersectorialidade entre os setores da saúde, justiça e assistência social, destacando que a efetividade das ações depende da integração entre esses serviços. Dessa forma, a Rede Cegonha, ao contemplar as mulheres em situação de cárcere, contribui para a promoção da dignidade humana, a redução das desigualdades e o fortalecimento dos direitos reprodutivos e maternos.

Moreira et al. (2019) enfatizou o desinteresse da assistência às gestantes privadas de liberdade, atribuída à negligência institucional e barreiras lógicas, como atrasos em exames laboratoriais, ultrassonografias, e outros exames médicos que são necessários para promover bem-estar materno e fetal. Esse cenário reforça a necessidade da reorganização dos fluxos de atendimento, com foco em garantir o acesso integral e contínuo de consultas e exames básicos à essas mulheres.

1710

Silva da et al. (2020) evidencia as profundas violações dos direitos reprodutivos e humanos das mulheres em privação de liberdade, ao retratar a desassistência obstétrica como um reflexo das desigualdades estruturais presentes no sistema prisional feminino. As narrativas das participantes revelam experiências marcadas por negligência, falta de acesso a cuidados pré-natais e ausência de suporte emocional e físico durante o parto, o que reforça a invisibilidade dessas mulheres perante as políticas públicas de saúde. Essa realidade contrasta com os princípios da Rede Cegonha e com o direito universal à assistência obstétrica humanizada, demonstrando a urgência de repensar práticas institucionais e promover formações profissionais voltadas à equidade no cuidado. A discussão proposta pelos autores contribui para ampliar a compreensão sobre as intersecções entre gênero, saúde e privação de liberdade, convidando à reflexão crítica sobre a atuação da enfermagem e das equipes multiprofissionais nesse contexto de vulnerabilidade.

Complementando, Silva et al. (2024) também destaca as deficiências estruturais no ambiente prisional, como ausência de salas apropriadas para atendimento simples e realização de exames, escassez de materiais, e dificuldade de deslocamento das internas para unidades externas quando necessário. Esses fatores atrapalham a efetividade do cuidado de enfermagem e evidenciam um cenário de invisibilidade das demandas obstétricas dentro do sistema prisional.

A falta de profissionais capacitados para atuar nesse contexto específico foi apontada por Padilha et al. (2024), que relatou o número insuficiente de enfermeiros, quanto a ausência de preparo técnico e psicológico para lidar com gestantes nesta situação. O estudo ainda evidencia que o julgamento moral e institucional são barreiras significativas que impactam negativamente na qualidade da assistência, quando ela é prestada.

A maternidade em regime prisional representa um desafio complexo para a garantia dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres privadas de liberdade. O estudo de Andrade e Gonçalves (2018) evidencia que as condições de gestação e parto nesse contexto são marcadas por negligência assistencial, ausência de acompanhamento pré-natal adequado e falta de suporte emocional, o que contribui para desfechos maternos e neonatais desfavoráveis. As autoras destacam que a precariedade estrutural dos presídios e a escassez de profissionais de saúde capacitados comprometem a qualidade da atenção obstétrica, resultando em maior risco de complicações durante o parto e o puerpério. Além disso, o rompimento precoce do vínculo mãe-bebê após o nascimento reforça o impacto psicológico e social da prisão sobre a maternidade. Esses achados dialogam com a necessidade de políticas públicas específicas que garantam o cuidado integral à mulher encarcerada, assegurando seus direitos reprodutivos e o princípio da dignidade humana.

1711

A avaliação de Rocha et al. (2020), ao revisar a literatura sobre a temática, evidenciou que o ambiente prisional impõe barreiras significativas à atuação da enfermagem, principalmente no que diz respeito à implementação de um cuidado integral, humanizado e de qualidade. Eles apontam que, embora existam diretrizes legais e normativas que assegurem o direito à saúde das mulheres gestantes, o que se observa na prática é uma distância entre o preconizado e o executado. Essas limitações incluem desde a escassez de profissionais qualificados até a ausência de protocolos adaptados à realidade prisional, além da dificuldade de acesso a exames, consultas especializadas e continuidade do cuidado. Para além das questões

técnicas, a assistência também é impactada pela visão institucional sobre a mulher presa que é frequentemente desumanizada, o que interfere diretamente na qualidade do cuidado oferecido.

Por outro lado, práticas mais humanizadas e centradas no cuidado mostraram-se eficazes para melhorar a adesão ao pré-natal. Silva e Cardoso (2022) evidenciam que o acolhimento e o estabelecimento de vínculo de confiança entre enfermeira e gestante podem reduzir complicações e melhorar os desfechos obstétricos. Essa abordagem também é reforçada por Oliveira, Silva e Pinto (2024), ao relatarem a importância do apoio psicológico contínuo durante a gestação como ferramenta para reduzir a ansiedade e fortalecer o cuidado.

Félix et al. (2017) descreve que o enfermeiro, ao realizar consultas de pré-natal humanizadas, assume papel central na escuta qualificada, na educação em saúde e na criação de vínculo afetivo com a gestante que está sendo assistida, contribuindo para o empoderamento e bem-estar materno-fetal. Entretanto, a precariedade das condições e a falta de espaços adequados dificultam a efetivação de um cuidado integral e digno. Dessa forma, reforça-se a necessidade de estratégias entre setores de assistência e formação continuada que fortaleçam a atuação da enfermagem nesse cenário vulnerável.

Chaves e Araújo (2020) também mostraram que, mesmo em contexto prisional, a oferta de cuidados de saúde humanizados e contínuos às gestantes e mães privadas de liberdade contribui para o bem-estar físico e emocional dessas mulheres. O vínculo com profissionais de saúde e com outras mulheres da mesma situação e até fora dela, reforça a importância de estratégias de humanização e atenção integral à saúde materna no cárcere, mostrando os impactos negativos do ambiente prisional e promovendo experiências mais positivas durante a gestação e a maternidade.

1712

Dando continuidade, Lima et al. (2024) chama atenção para a atuação da enfermagem obstétrica, que se mostrou eficaz especialmente em ações de promoção e prevenção à saúde, desde que realizadas com regularidade. A inclusão da família, quando possível, também foi apontada como estratégia para fortalecer o suporte psicossocial da gestante, mesmo em contexto de privação de liberdade.

Além disso, os estudos de revisão como o de Oliveira, Silva e Pinto, (2024) apontam para a necessidade urgente de diretrizes específicas voltadas à esse público. Essa questão agrava a desigualdade no acesso à saúde materno-infantil e contribui para a permanência de uma assistência fragmentada e emergencial.

Os resultados mostram a confirmação de que a assistência de enfermagem no pré-natal de mulheres privadas de liberdade ainda é marcada por desigualdade, negligência e invisibilidade social. No entanto, também revelam que, quando há envolvimento ético, profissionalismo e sensibilidade por parte dos enfermeiros, há melhora significativa nos desfechos gestacionais, assim levando a atuação da enfermagem além dos aspectos clínicos, incorporando o cuidado humanizado, respeitando a singularidade das mulheres privadas de liberdade, sem julgamentos ou preconceitos, contribuindo efetivamente para o direito à saúde e à dignidade durante a gestação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de Curso permitiu compreender de forma crítica e ampla como é a atuação da enfermagem na assistência pré-natal de mulheres privadas de liberdade, deixando evidente os avanços e os grandes desafios que ainda persistem nesse cenário. Os estudos que foram utilizados e analisados, revelaram que a atuação da enfermagem deve existir para assegurar o direito à saúde dessas gestantes, embora seja frequentemente comprometida por condições estruturais precárias, falta de profissionais capacitados, e ausência de promoção de políticas públicas específicas para essa população.

1713

Entre os principais desafios identificados, a falta de infraestrutura adequada nas unidades prisionais, junto à baixa regularidade dos atendimentos de pré-natal é o maior destaque, mas o despreparo das equipes de saúde para lidar com particularidades da mulher encarcerada e a invisibilidade das necessidades dessa população não passam despercebidos. Além disso, a negligência no cuidado contribui para a permanência dessas desigualdades e violações de direitos.

Apesar dessas limitações apontadas, o estudo também evidenciou algumas práticas positivas que podem ser fortalecidas, como o acolhimento humanizado, o apoio psicológico, a escuta qualificada e a construção de vínculo entre a enfermeira e a gestante. Essas práticas demonstraram impactos significativos na melhoria do pré-natal, na prevenção de complicações obstétricas e na promoção da saúde materno-infantil.

Podemos então concluir, que a enfermagem possui um papel fundamental no cenário apresentado, sendo capaz de transformar e promover um cuidado digno e humanizado no pré-natal para essas mulheres privadas de liberdade. A atuação do enfermeiro vai além dos aspectos clínicos, envolvendo também o enfrentamento das desigualdades, a defesa dos direitos

humanos e promovendo a equidade e humanização no acesso à saúde. Investir na formação e no treinamento específico dos profissionais que serão inseridos neste cenário, garante melhoria nas condições de atendimento e na formulação de políticas públicas voltadas à saúde da mulher encarcerada. Toda essa implementação visa garantir uma assistência de qualidade justa, humanizada e inclusiva a elas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anny Beatriz Costa Antony de; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, v. 12, n. 6, p. 1763-1771, 2018. DOI: 10.5205/1981-8963-v12i6a234396p1763-1771-2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234396>.

ANDRADE, M. C. R. O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia. Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 14, n. SPE, p. 1-5, 1 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. Inclusão das mulheres privadas de liberdade na Rede Cegonha / Inmate women inclusion in Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

1714

FÉLIX, Rayane Saraiva; FRANÇA, Daniela Jéssica Rodrigues de; NUNES, Jacqueline Targino; CUNHA, Isabelle Cristina Braga Coutinho; DAVIM, Rejane Marie Barbosa; PEREIRA, Janile Bernardo. O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, Recife, v. 11, n. 10, p. 3936-3947, out. 2017. DOI: 10.5205/reuol.12834-30982-1-SM.1110201731.

CHAVES, Luana Hordones e Araújo, Isabela Cristina Alves de Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. v. 30, n. 01 [Acessado 28 Set 2025], e300112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>.

LIMA, B. M. F. et al. A atuação da enfermagem obstétrica no pré-natal em ambiente prisional. RECIMA₂₁ – Revista Científica Multidisciplinar, v. 5, n. 3, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1988>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MOREIRA, C. J. et al. Gestantes privadas de liberdade: o desafio da assistência ao pré-natal. *Nursing* (São Paulo), v. 22, n. 249, p. 2644-2649, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2019v22i249p2644-2649>.

OLIVEIRA, L. R.; SILVA, C. S.; PINTO, E. V. Assistência do enfermeiro ao pré-natal de mulheres no sistema prisional brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 5, p. 3465-3482, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i5.14049>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PADILHA, N. S. et al. A assistência de enfermagem às mulheres grávidas privadas de liberdade. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 3, p. 1-10, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45832>. Acesso em: 09 fev. 2025.

ROCHA, A. P. F.; FARIA, S. S.; LOZANO, L. O.; OLIVEIRA, B. G. A assistência de enfermagem prestada às gestantes privadas de liberdade. *Enfermagem Brasil*, v. 18, n. 1, 2020. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/2796>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, E. X.; CARDOSO, S. G. Pré-natal e puerpério em mulheres privadas de liberdade: assistência de enfermagem prestada. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1341>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SILVA, L. S. et al. Implicações assistenciais sobre o pré-natal no sistema prisional brasileiro. *Saúde Coletiva* (Barueri), v. 14, n. 90, p. 13393-13404, 2024. Disponível em: <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3167>. Acesso em: 17 mai. 2025.

SILVA, J. D. J. da et al. Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. *REME - Revista Mineira de Enfermagem*, v. 24, e-49917, 2020. Disponível em: <https://periodicos02-des.cecom.ufmg.br/atualizacao/index.php/reme/article/view/49917>. Acesso em: 20 ago. 2025.